

SEXTA, 07 DE AGOSTO DE 2020



(https://ovigilantems.com.br/)



ÁGINA INICIAL
HTTPS://OVIGILANTEMS.COM.BR/)

ÚLTIMAS
NOTÍCIAS
(NOTÍCIAS)

NOTÍCIAS

CIDADES

FOTOS &
EVENTOS
(FOTOS)

COLUNISTAS
(COLUNISTAS)

INSTITUCIONAL



(index/banners/27c7ea1b68ffa58bbc9c321608bea8c1)

"Fôlego para setor", diz Paulo Corrêa a respeito do TCE que beneficia transporte escolar rural

Suspensas desde o mês de março de 2020, em virtude da pandemia do Coronavírus

06 DE AGO 2020 - 17h:07 | Créditos: **ASSESSORIA**

© (whatsapp://send?text="Fôlego para setor", diz Paulo Corrêa a resposta do TCE que beneficia t
f (https://www.facebook.com/sharer/sharer.php?u=https://ovigilantems.com.br/noticias/ver/06-0
paulo-corrêa-diz-paulo-corrêa-a-resposta-do-tce-que-beneficia-transporte-escolar-rural)
paulo-corrêa-diz-paulo-corrêa-a-resposta-do-tce-que-beneficia-transporte-escolar-rural)
paulo-corrêa-diz-paulo-corrêa-a-resposta-do-tce-que-beneficia-transporte-escolar-rural)



Crédito: Assessoria

Suspensas desde o mês de março de 2020, em virtude da pandemia do novo Coronavírus, as aulas na rede e municipal atingiram também cerca de 2,5 mil trabalhadores do transporte escolar rural, que viram sua fca em risco com a paralisação das aulas presenciais. Nesta quinta-feira (6), o presidente da ALEMS (Assembleia Legislativa do Mato Grosso do Sul), deputado Paulo Corrêa (PSDB), trouxe uma boa notícia para o setor, após um encontro com o presidente do TCE (Tribunal de Contas do Estado), conselheiro Iran Coelho das Neves.

Desde o mês de maio em tratativas junto ao Governo do Estado, SED (Secretaria Estadual de Educação), TCE e o presidente da ALEMS buscava uma alternativa que possibilitasse um fôlego financeiro ao setor, que veio no dia 6 de agosto com voto do conselheiro Marcio Monteiro, a uma consulta formulada à corte fiscal acerca de pagamento a prazo de contratos de prestação de serviço de transporte escolar paralisados, feita pela Prefeitura Municipal de Ponta Porã.

"(...) é possível realizar a antecipação de pagamento ou pagamento provisório de percentual necessário (especialmente em função do valor médio mensal recebido) para que o contratado faça frente aos custos fixos da operação", definiu o conselheiro em sua resposta à consulta.

Para o deputado Paulo Corrêa, a devolutiva da Corte Fiscal traz esperança para o setor. "São centenas de milhares de trabalhadores afetados pela pandemia, e que estavam sem sua principal fonte de sustento, mas que agora vão receber salário", declarou o parlamentar.

Em seu voto, Monteiro detalhou que os contratos administrativos formalizados para prestação de serviços de transporte escolar preenchem as condições legais para a antecipação de pagamento, especialmente custos atinentes aos trabalhadores e financiamentos.

O presidente do SIEMTE/MS (Sindicato das Empresas de Transporte Escolar de Mato Grosso do Sul), Carlos Luzzardo, revelou que aproximadamente 40 mil alunos eram transportados, principalmente nas zonas rurais, em torno de cerca de 120 empresas do setor, que empregam aproximadamente 2,5 mil trabalhadores.

"Nós precisávamos dessa antecipação principalmente para garantir o compromisso com os colaboradores e a estrutura das empresas. Alguns empresários tinham no transporte escolar rural sua única fonte de renda, e foram prejudicados pela pandemia", disse Luzzardo.

O presidente do sindicato do setor classificou como 'fundamental' a atuação do deputado Paulo Corrêa nessa categoria.

Em contato com a advogada Paula Consalter, responsável pelo assessoramento do SIEMTE/MS e de grupo prestadoras desses serviços, do escritório Eduardo Campos Advogados Associados, esta manifestou que "o TCE, o Estado e alguns Prefeitos, dentre eles o prefeito de Ponta Porã, Hélio Peluffo, autor da consulta, vinham se mostrando sensíveis ao pleito da categoria, todavia, não dispunham de ambiente jurídico seguro para a tomada de decisão em meio a divergências de interpretação aos textos de lei, questão agora superada com a solução de consulta emitida pelo TCE e o Tribunal de Contas".

Informou ainda a advogada que "desde o início das tratativas as negociações vêm sendo acompanhadas pelo presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Paulo Corrêa, que auxiliou de modo decisivo as tratativas junto ao Governo do Estado e ao Tribunal de Contas, revelando a preocupação com esse segmento econômico". Concluiu afirmando que a decisão evidencia ainda a preocupação dos Conselheiros do Tribunal de Contas não apenas com a fiscalização dos contratos administrativos, mas também com os problemas sociais causados pelo Covid-19".